



**Valmir Pontes Filho
Fabrício Motta
Emerson Gabardo**

Coordenadores

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Desafios Para a Transparência, Probidade e Desenvolvimento

XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo



Autores

Valmir Pontes Filho
Fabrício Motta
Emerson Gabardo

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Desafios para a Transparência, Probidade
e Desenvolvimento

XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo

Área específica

Direito Administrativo.

Áreas afins

Direito Constitucional. Direito Econômico.
Direito Municipal. Teoria do Estado.

Público-alvo/consumidores

Profissionais da área jurídica. Acadêmicos de
graduação, mestrado e doutorado. Professores.
Pesquisadores em geral.

O livro *Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento* é o resultado de trabalhos elaborados por professores participantes do XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo, realizado em Goiânia, no ano de 2015. Ademais, contempla os artigos de melhor colocação no concurso Prêmio Professor Nelson Lopes de Figueiredo, bem como os comunicados científicos apresentados. Seu conteúdo retrata o que há de mais atual e interessante no contexto contemporâneo do Direito Público, fomentando reflexões e propiciando aos leitores uma interessante e profícua fonte de pesquisa acadêmica e profissional.

FORMATO: 17 X 24 cm

CÓDIGO: 10001023

P962

Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento. XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo / Coordenadores: Valmir Pontes Filho, Fabrício Motta, Emerson Gabardo. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

497 p.

ISBN 978-85-450-0157-7

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Teoria do Estado. I. Pontes Filho, Valmir. II. Motta, Fabrício. III. Gabardo, Emerson. IV. Título.

CDD: 341.3

CDU: 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PONTES FILHO, Valmir; MOTTA, Fabrício; GABARDO, Emerson (Coord.). Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento. XXIX Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 497 p. ISBN 978-85-450-0157-7.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Valmir Pontes Filho17

PARTE I

TEXTOS DOS PROFESSORES PARTICIPANTES

O REGIME JURÍDICO DO SERVIÇO PÚBLICO COMO GARANTIA FUNDAMENTAL E COMO MECANISMO DE RESISTÊNCIA DO ESTADO SOCIAL E DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Adriana da Costa Ricardo Schier21

1 Introdução.....21

2 Do serviço público adequado e seu regime jurídico como direitos fundamentais22

3 Considerações finais: o serviço público adequado e seu regime jurídico e as cláusulas pétreas.....32

Referências34

PÚBLICO E PRIVADO NO DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS ESTATAIS

Carlos Ari Sundfeld37

1 Introdução.....37

2 A regulação da ação privada como caminho do desenvolvimento.....37

3 Contratos público-privados: viabilidades e problemas.....39

4	Conclusão.....	42
	Referências	43

INTERPRETAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

	Celso Antônio Bandeira de Mello.....	45
1	Toda interpretação tem como base e ponto de partida o próprio texto interpretando	45
2	O risco do intérprete supor que as palavras devem prevalecer sobre o espírito da norma	47
3	A interpretação teleológica também se constitui com base na formulação da regra de direito.....	49
4	O conhecimento das leis não é o da simples dicção de suas palavras, mas a da força que traduzem.....	50

AS MUDANÇAS NA LC Nº 123/06: A POLÊMICA AVANÇA

	Cristiana Fortini	51
1	Introdução.....	51
2	Artigo 48.....	56
3	Licitação exclusiva.....	56
4	Subcontratação compulsória.....	57
5	Licitação com lote reservado	59
6	Prioridade para comércio local.....	61
7	Artigo 49	62

O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO COMO FALSA-BARREIRA À CONCILIAÇÃO PELAS ESTATAIS NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Daniel Ferreira, Ana Paula Pellegrinello	65
1	Introdução.....	65
2	Desvelando o princípio da supremacia do interesse público.....	66
3	A indisponibilidade dos interesses públicos gerais	69
4	Interesses públicos e o princípio da legalidade	71
5	A administração pública indireta entre o (regime) público e o privado.....	72
6	A Administração Pública entre a lei e o direito: o artigo 71 da Lei nº 8.666/93	74
7	Considerações finais	77
	Referências	78

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

	Dinorá Adelaide Musetti Grotti	79
1	Formas alternativas de solução dos conflitos.....	79
2	Constitucionalidade da arbitragem.....	81

3	Natureza jurídica da arbitragem.....	82
4	Arbitragem e litígios administrativos	83
4.1	A remoção dos óbices da arbitragem na Administração Pública.....	86
4.2	Críticas e vantagens da arbitragem na Administração Pública	90
5	Aspectos operacionais pendentes.....	91
5.1	Arbitrabilidade subjetiva e objetiva	91
5.2	A convenção arbitral	93
5.3	Arbitragem e prerrogativas processuais	94
5.4	Arbitragem <i>ad hoc</i> e institucional.....	94
5.5	Escolha do árbitro ou instituição arbitral: inexigibilidade de licitação.....	95
6.	Considerações finais	96
	Referências	97

LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº 123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147/14

Edgar Guimarães	99	
1	Introdução.....	99
2	Licitações e contratações diferenciadas.....	101
3	Licitações exclusivas às pequenas empresas	103
4	Licitação com subcontratação compulsória de pequena empresa	104
5	Licitação com reserva de cota para pequenas empresas	106
6	Inaplicabilidade das disposições dos arts. 47 e 48 da LC nº 123/06.....	109
7	Margem de preferência de 10% para as pequenas empresas sediadas local e regionalmente	112

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTRATUAL: BREVES REFLEXÕES SOBRE O CONTRATO E O DIREITO ADMINISTRATIVO

Eurico Bitencourt Neto	117	
1	Introdução.....	117
2	Expansão da administração contratual	118
3	Conclusão.....	123
	Referências	123

INFLUÊNCIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO ITALIANO NA CONSTRUÇÃO DAS BASES DOGMÁTICAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO

Fabício Motta.....	125	
1	Introdução.....	125
2	Origem do direito administrativo	126
3	Influência italiana na construção do conteúdo clássico do direito administrativo ocidental	129

4	Influência na construção do direito administrativo brasileiro	133
---	---	-----

A DISTINÇÃO ATIVIDADE-MEIO/ATIVIDADE-FIM NA TERCEIRIZAÇÃO E SEUS REFLEXOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Florivaldo Dutra de Araújo	141	
1	Introdução.....	141
2	Atividade-fim e atividade-meio na terceirização	142
3	A polêmica em torno da distinção entre atividade-fim e atividade-meio e as propostas de seu abandono	146
4	A distinção atividade-fim/atividade-meio e a administração pública.....	147
5	Conclusão.....	149
	Referências	150

DESAFIOS DE INOVAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA: “DESTRUIÇÃO CRIADORA” OU “INOVAÇÃO DESTRUIDORA” DO DIREITO ADMINISTRATIVO?

Irene Patrícia Nohara	151	
1	Considerações introdutórias.....	151
2	Inovação: um imperativo	152
3	Perigos da “inovação destruidora” na administração pública	154
4	Conclusões.....	159
	Referências	160

LICITAÇÃO COM COTA RESERVADA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Joel de Menezes Niebuhr.....	161	
1	Breve contextualização: tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte	161
2	Inconstitucionalidade: princípios da eficiência e economicidade.....	163
3	A cota reservada de até 25% deve ser limitada a R\$80.000,00	166
4	Cota reservada não autoriza sobrepreço	169
5	Cota reservada e registro de preços ou compras com entregas parceladas	170

MAGISTRATURA, MINISTÉRIO PÚBLICO E CONSELHOS NACIONAIS

José dos Santos Carvalho Filho	173	
1	Magistratura e Ministério Público.....	173
2	Prerrogativas	174
3	Deveres e responsabilidades	175
4	Conselhos nacionais de justiça e do ministério público	177

5	A função controladora dos conselhos	178
6	Conclusão	183
	Referências	183

DIREITO DA INFRAESTRUTURA E A SINDICABILIDADE DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS, AMBIENTAIS E ECONÔMICOS

	Juarez Freitas	185
1	Introdução	185
2	Infraestrutura e o escrutínio de sustentabilidade das motivações contratuais	186
3	Conclusões	188

ALGUNS APONTAMENTOS NA DISCUSSÃO SOBRE REGIME JURÍDICO DAS CARREIRAS DE ESTADO: PONTOS DE APROXIMAÇÃO E DISTANCIAMENTO ENTRE PRERROGATIVAS E RESPONSABILIZAÇÃO DOS MEMBROS DO JUDICIÁRIO, DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

	Juscimar Pinto Ribeiro	189
1	Introdução	189
2	A inserção da Magistratura, Ministério Público e Advocacia Pública como carreiras de Estado	190
3	O auxílio moradia aos membros da magistratura e do ministério público e o regime de subsídio	190
4	Aspectos da atuação da advocacia pública	193
5	Considerações finais	198
	Referências	199

ALÉM DA SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA

	Luciano Ferraz	201
1	Objetivos do trabalho	201
2	Contexto geral das empresas estatais na administração pública brasileira	202
3	Empresas subsidiárias	204
4	Empresas controladas pelo poder público	206
5	Empresas participadas (participação minoritária ou paritária do poder público)	210
6	Conclusão	211

DIREITO URBANÍSTICO, SOCIEDADE E VIOLÊNCIA

	Luis Manuel Fonseca Pires	215
1	Contexto: violência urbana	215
2	Violência nas sociedades contemporâneas	215
3	O caso dos ambulantes na cidade de São Paulo	218
	Referências	220

O ESTATUTO DA METRÓPOLE: DESAFIOS QUANTO À SUA APLICAÇÃO

Márcio Cammarosano	221
1 O direito urbanístico e suas interfaces com o direito administrativo e ambiental	221
2 O estatuto da metrópole: conteúdo, conceitos fundamentais e o plano de desenvolvimento urbano integrado – responsabilidade por improbidade administrativa	224
Referências	227

PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Maria Sylvia Zanella Di Pietro	229
1 Introdução	229
2 Desenvolvimento	229
3 Conclusão	231

A RESPONSABILIDADE OBJETIVA NA LEI ANTICORRUPÇÃO

Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun	233
1 As relevantes inovações trazidas pela denominada lei de probidade administrativa empresarial	233
2 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica pela Lei nº 12.846...	234
2.1 A responsabilização sancionatória da pessoa jurídica	235
2.2 A responsabilização sancionatória objetiva da pessoa jurídica	236
3 A responsabilização objetiva da pessoa jurídica pela lei anticorrupção	237
Referências	238

DESVIO DE PODER NO PROVIMENTO DISCRICIONÁRIO DE CARGOS PÚBLICOS

Paulo Modesto	239
1 Desvio de finalidade na nomeação de titulares de cargos de provimento discricionário	239
2 Classificação dos cargos públicos no Brasil	241
3 Cargos políticos como cargos públicos de provimento discricionário unilateral, provimento vinculado ou provimento discricionário compartilhado	244
4 Conclusão	248
Referências	250

TUTELA CIVIL E PROCESSUAL DO MEIO AMBIENTE NO BRASIL

Paulo Roberto Ferreira Motta, Raquel Dias da Silveira	251
1 Introdução	251
2 Meio ambiente na Constituição da República Brasileira de 1988	252

3	Competências constitucionais.....	253
4	Tutela civil do meio ambiente	260
4.1	Dano ambiental	261
4.2	Poluidor	262
4.3	Nexo de causalidade	264
4.4	Responsabilidade civil por dano ambiental	265
5	Instrumentos de tutela processual do meio ambiente	267
5.1	Ação popular	267
5.2	Inquérito civil e ação civil pública ambiental	269
6	Conclusão.....	272
	Referências	273

PARTICIPAÇÃO, DIREITO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA

	Regina Maria Macedo Nery Ferrari.....	275
1	Introdução.....	275
2	A democracia participativa	276
3	Transparência dos atos estatais.....	281
	Referências	284

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ANTIFRÁGIL

	Rodrigo Pironti Aguirre de Castro.....	285
1	A antifragilidade na Administração Pública.....	285
2	Profissionalização da função pública	287
3	Práticas de <i>compliance</i> e de concertação administrativa que inibam a corrupção	288
4	Uma aproximação do conceito de legalidade à lógica de justiça social e interesse público	289

CONTROLE SOCIAL E DELIBERAÇÃO PÚBLICA NO COMBATE À CORRUPÇÃO: ALGUNS FUNDAMENTOS POLÍTICOS E FILOSÓFICOS

	Rogério Gesta Leal	291
1	Notas introdutórias.....	291
2	O combate da corrupção exige mais que participação social, demanda gestão social compartilhada entre espaço público e privado.....	292
3	Considerações finais	301
	Referências	305

PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

	Romeu Felipe Bacellar Filho	307
--	-----------------------------------	-----

1	Origens históricas da presunção de inocência	307
2	Constitucionalização e internacionalização do princípio no cenário da reconstrução dos direitos humanos	309
3	Consagração normativa no direito brasileiro e relação com os demais princípios	314
4	Conteúdo jurídico e desdobramentos do direito fundamental à presunção de inocência no processo administrativo disciplinar	318
5	Aplicação endoprocessual	319
6	Aplicação extraprocessual: tratamento como inocente e sigilo quanto à condição de acusado	329
	Referências	332

MORALIDADE E PROIBIDADE ADMINISTRATIVAS

	Sérgio de Andrea Ferreira.....	335
1	Introdução.....	335
2	Ética, moral, moralidade, proibidade e direito.....	336
2.1	Ética ≠ Moral.....	336
2.2	Moralidade e proibidade.....	337
2.3	Moral e direito	337
3	A moralidade no elenco dos princípios constitucionais, e seus desdobramentos	340
3.1	Princípio e bem jurídico tutelado.....	340
3.2	A moralidade administrativa como bem juridicamente tutelado pela ação popular	341
4.	A agregação, ao conceito de moralidade administrativa, da noção de <i>'boa administração'</i> : a <i>moral institucional</i>	342
5	O abuso de poder como forma de imoralidade administrativa	344
6	A proibidade administrativa.....	345

A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A MEDIAÇÃO

	Silvio Luís Ferreira da Rocha.....	349
1	Considerações gerais	349
2	O problema	350
3	Atuação unilateral da administração pública.....	351
4	Administração pública consensual	352
5	Conclusão.....	353
	Referências	353

INTERVENÇÃO DIRETA DO ESTADO NA ECONOMIA POR PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS: FORMAS REQUISITOS E RAZOABILIDADE

	Thiago Marrara, Emanuelle Urbano Maffioletti.....	355
1	Introdução.....	355
2	Subsidiárias, subsidiária integral e sociedade controladas	356

3	Participação minoritária como forma de intervenção estatal.....	361
4	Participação minoritária simples ou com poderes especiais.....	362
5	Inconvenientes da participação minoritária: riscos à adequação administrativa.....	366
6	Autorização legislativa para a participação societária estatal.....	368
7	Exigência de autorização do executivo	370
8	Princípio da especialidade, vinculação ao objeto social e responsabilidade	371
9	Conclusão.....	373
	Referências	374

PARTE II

ARTIGOS VENCEDORES DO CONCURSO

CONFLITO DE INTERPRETAÇÃO NORMATIVA NO CONTROLE INTERNO DA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA

	Antonio Rodrigues do Nascimento	377
1	Introdução.....	377
2	Desenvolvimento	380
3	Conclusão.....	384
	Referências	385

DIREITO ADMINISTRATIVO CONSENSUAL, ACORDO DE LENIÊNCIA E AÇÃO DE IMPROBIDADE

	José Guilherme Bernan Correa Pinto	387
1	Introdução.....	387
2	Direito Administrativo Consensual	388
3	Consenso, aplicação de sanções e integridade do direito.....	391
4	Conclusão.....	397
	Referências	397

A NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

	Rodrigo Gabriel Moisés	399
1	Introdução ao problema: serviços públicos x atividades econômicas	399
2	Em busca de uma definição de serviço público	401
3	As atividades econômicas na Constituição de 1988.....	402
4	Atividades econômicas de interesse público	403
5	Os serviços de educação na União Europeia	405
6	As divergências nas decisões do STF.....	407
7	Serviços públicos não privativos: os equívocos desta denominação.....	410
8	Conclusão: os serviços de educação como serviços compartilhados	412
	Referências	415

A PERSONALIDADE JURÍDICA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS INDEPENDENTES:
A REVISITAÇÃO DA TEORIA DO ÓRGÃO SOB A ÓTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O SÉCULO XXI

Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas	417
1 Introdução	417
2 Administração pública	418
2.1 Aspectos gerais	418
2.2 Desconcentração Administrativa	419
2.3 Descentralização Administrativa	420
3 Órgãos públicos	421
3.1 Concepção originária e classificação doutrinária	421
3.2 Criação e Extinção de Órgãos Públicos na Constituição de 1988	422
4 A personalidade jurídica do Estado	423
4.1 O Estado como pessoa jurídica	423
4.2 Origens e Teorias	424
4.3 Personalidade Jurídica e a Personalidade Judiciária	425
4.4 A atuação dos Órgãos Públicos Constitucionais em Juízo – A personalidade judiciária na doutrina e na jurisprudência do STF/STJ	426
5 Conclusão	429
Referências	430

PARTE III

COMUNICADOS CIENTÍFICOS

A PRÁTICA DO NEPOTISMO COMO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Vanessa Cavalari Calixto.....433

A QUESTÃO DA PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA NO ESTADO DE GOIÁS APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Marcello Rodrigues Siqueira, Ademilton Pires da Silva.....435

A PRESENÇA DO PATRIMONIALISMO NOS MODELOS DE GESTÃO BRASILEIRO: NECESSIDADE DE REFORMA ADMINISTRATIVA

Juliana Georges Khouri 437 |

PODER DE POLÍCIA MUNICIPAL COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES: PERSPECTIVAS E DESAFIOS NO CASO DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA-RS

Carolina Salbego Lisowski, Joelma de França.....439

DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO E CADASTRO DE RESERVA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS LIMITES IMPOSTOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Tuany Baron de Vargas.....441

A NECESSIDADE DE MODIFICAÇÃO DA NATUREZA DO INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

Joaquim Antônio Murta Oliveira Pereira443

A APLICAÇÃO DO PROCESSO DE MEDIAÇÃO NA INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE: UMA ANÁLISE CONSTITUCIONAL DO DIREITO ADMINISTRATIVO

Gustavo Nascimento Tavares.....445

APLICAÇÃO DA REPERCUSSÃO GERAL E DO RECURSO REPETITIVO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Winderley Moraes Pereira447

A CONTRATAÇÃO A TÍTULO PRECÁRIO NO ESTADO DE MINAS GERAIS E A ADI 4876

Ana Luiza Gomes de Araujo449

CIRCULARIDADE, DESCONTINUIDADE E A HISTÓRIA DO DIREITO ADMINISTRATIVO NO BRASIL: CRÍTICA SOBRE O TRATO DA HISTÓRIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA NOS MANUAIS E CURSOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Luasses Gonçalves dos Santos.....451

A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE DOS LIMITES DISCRICIONÁRIOS DA ATIVIDADE DE FOMENTO

Juliana Georges Khouri453

OS LIMITES GERAIS E ESPECÍFICOS NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA: UM ESTUDO DE CASO DA DESOCUPAÇÃO NA REGIÃO DA ZONA PORTUÁRIA NA CIDADE DE MACEIÓ

Kathelly Maria de Melo Menezes, Maria Beatriz Cardoso Tenório.....455

DESAPROPRIAÇÃO URBANÍSTICA PROMOVIDA POR PARTICULARES E A GESTÃO DOS BENS DESAPROPRIADOS

Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer.....457

A NATUREZA JURÍDICA DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

Guilherme Fredherico Dias Reisdorfer.....459

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA TERCEIRIZAÇÃO ESCOLAR EM GOIÁS

Valéria Mariano de Melo, Nayna Suzy Vieira Botelho.....461

A PERSONALIDADE JURÍDICA DOS ÓRGÃOS PÚBLICOS INDEPENDENTES:
A REVISITAÇÃO DA TEORIA DO ÓRGÃO SOB A ÓTICA DAS TRANSFORMAÇÕES DA
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PARA O SÉCULO XXI

Rodrigo Emanuel de Araújo Dantas.....463

A REGULARIZAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES COMO EFETIVAÇÃO DO DIREITO
CONSTITUCIONAL À MORADIA: UM DESAFIO À GESTÃO PÚBLICA

Carolina Salbego Lisowski, Vladimir Marchiori Damião.....465

O FINANCIAMENTO PÚBLICO DA EDUCAÇÃO: O DIREITO DE ESCOLHA
DA ESCOLA E AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Rodrigo Gabriel Moisés.....467

O PRINCÍPIO DA ISONOMIA NO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA
MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, A INSTRUMENTALIDADE DA
LICITAÇÃO E A BUSCA PELO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL

Samia Yasmim Yousseif Duque Regniel.....469

A ATIVIDADE DE FOMENTO COMO MECANISMO DE COMPENSAÇÃO DO ESTADO NA
PROMOÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Samia Yasmim Yousseif Duque Regniel.....471

CONFLITO DE INTERPRETAÇÃO NORMATIVA NO CONTROLE INTERNO
DA COMPETÊNCIA DISCRICIONÁRIA

Antonio Rodrigues do Nascimento.....473

CONTRATAÇÃO IRREGULAR DE TERCEIROS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
DELINEAMENTOS PARA A CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA

Júlio César Souza dos Santos.....475

O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE E A DIVULGAÇÃO DOS PARECERES JURÍDICOS
INTEGRANTES DE PROCESSOS MINERÁRIOS

Gabriela Salazar Silva Pinto.....477

EXTRAÇÃO MINERAL POR PARTE DE ENTES PÚBLICOS E A NECESSIDADE
DE REGISTRO DA ATIVIDADE PERANTE O DNPM

Gabriela Salazar Silva Pinto.....479

CONTRATO DE EFICIÊNCIA NO REGIME DIFERENCIADO DE
CONTRATAÇÃO PÚBLICA É EFICIENTE?

Mariana Nascimento Silveira.....481

DIREITO DA ENERGIA, ENERGIA E SERVIÇO DE ELETRICIDADE

Anesio dos Santos Junior.....483

PARTE IV

ANEXOS

CARTA DE GOIÂNIA

**Adriana da Costa Ricardo Schier, Dinorá Adelaide Musseti Grotti, Ligia Maria Silva
Melo de Casimiro, Yara Stroppa**487

PROGRAMA DO XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.....489

SOBRE OS AUTORES.....493